

ESPERANDO A UPP

Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense*

Edson Miagusko

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro - RJ. E-mail: emiagusko@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/319101/2016>

Introdução

Diferentes estudos têm buscado compreender os impactos da política de pacificação no Rio de Janeiro com foco no processo de militarização do território e no caráter estruturante das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no conjunto das políticas sociais (Burgos *et al.*, 2011; Cunha e Mello, 2011; Fleury, 2012; Leite, 2014). Apesar dos problemas em algumas “comunidades pacificadas”, como conflitos entre policiais e traficantes,

moradores e policiais e ataques de traficantes às bases das UPPs, as políticas de pacificação são reivindicadas ao Estado por diferentes sujeitos em territórios que não contam com sua presença como forma de solucionar o problema da violência urbana. Episódios trágicos recentes, como a morte de moradores, o assassinato de policiais e diversos conflitos com o narcotráfico têm reforçado a dimensão da militarização.

Os próprios indicadores de aumento da violência em regiões “não pacificadas” corroboram, mesmo que sua fundamentação não seja uma evidência, o diagnóstico de que a política de pacificação na cidade do Rio de Janeiro provocou a “migração de criminosos” para outras regiões, o que reforça a exigência de sua ampliação para outros territórios. Movimentos variados têm surgido em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro reivindicando a instalação de UPPs para além da capital.

* Versão preliminar deste artigo foi apresentada no 38º Encontro Anual da Anpocs, GT 34: Sobre periferias: novos conflitos no espaço público, coordenado por Cibele Saliba Rizek e Patrícia Birman, a quem agradeço e também à Adriana Vianna pelos excelentes comentários que levaram à revisão de certos argumentos aqui desenvolvidos. Também agradeço aos pareceristas anônimos da RBCS pelas sugestões.

Na Baixada Fluminense, a ampliação da política de pacificação passou a ser demandada por moradores, articulados por associações religiosas, movimentos sociais e pelo poder público local, preocupados com o aumento da violência. Esse movimento teve como consequência a instalação de Companhias Integradas de Segurança Pública (CISPs),¹ num primeiro momento e, recentemente, a instalação da primeira UPP em Duque de Caxias, na Favela da Mangueirinha.²

A maior parte dos estudos toma as favelas cariocas como objeto principal de suas análises. No entanto, as políticas de pacificação se desdobram para outras políticas sociais e territórios, criando representações e imagens para além dos moradores das favelas. Apoiadas pela população e carro chefe da política de segurança, as UPPs não têm impactado apenas as favelas e seu entorno direto. Seus efeitos circulam pela cidade e para lugares que não são o foco dessa política.

A implantação das UPPs passa a ser expandida e estendida para outros territórios às margens,³ figurados como lugares violentos e precários, mas nem sempre com situações semelhantes à violência das facções criminosas e do controle territorial pelo narcotráfico, que têm justificado do ponto de vista do Estado a retomada desses territórios.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir os sentidos e impactos da política de pacificação em territórios em que as UPPs estão ausentes. Nosso campo, se circunscreve à Baixada Fluminense, mais especificamente às trajetórias de moradores de um bairro popular, os quais pertencem a uma igreja evangélica tradicional e a uma associação de moradores. Ambas as instituições situam-se no bairro desde os anos de 1960, gozam de legitimidade entre boa parte dos moradores e articulam diferentes redes de relações e sociabilidades. Nas últimas décadas, essas instituições foram pontos de observação das mudanças ocorridas no bairro no plano da política e da religião e com interfaces e conexões diversas em outros aspectos da vida social.

O ponto de partida da pesquisa de campo é esse bairro popular. No entanto, o texto não trata apenas de descrever o plano das relações sociais do bairro. Buscamos seguir as trajetórias desses mora-

dores e analisar as representações construídas a partir de discursos externos ao local e circulantes em diferentes escalas.

A pesquisa foi desenvolvida num bairro que presenciou um acontecimento violento de impacto nacional. Esse acontecimento reforçou duas ordens de discursos: o primeiro: a percepção do aumento da violência como efeito perverso do deslocamento de criminosos, provocado pelas políticas de pacificação nas favelas cariocas, a denominada “migração de criminosos” para a Baixada; o segundo: o discurso da externalidade da violência, ao menos em sua desmedida, dissociada localmente do padrão das favelas cariocas e completamente extemporânea ao bairro, na fala de seus moradores.

Assim, busco discutir aqui o dispositivo da pacificação em sua ausência, como um tipo de presença do Estado em suas margens em sentido relacional e que coloca como questão os próprios limites e fronteiras desse dispositivo. Num plano mais geral, busco compreender as configurações de diferentes regimes territoriais⁴ acarretados pela pacificação.

Há a produção de um novo regime territorial sob o impacto das UPPs mesmo em territórios que não contam com sua implantação. Essas novas configurações não são um desdobramento do modelo favela/pacificação, apesar de o padrão de militarização do território ser a regra da política de pacificação. Para procurar responder a essas questões e investigar possíveis transformações na Baixada Fluminense a partir dos impactos dos grandes projetos urbanos, utilizo esse acontecimento como mote para tratar desse tema mais geral.

As periferias urbanas têm passado nas últimas décadas por intensas transformações, o que tem consolidado uma significativa literatura que busca compreender esses processos em campos diversos.⁵ No âmbito da sociologia e da antropologia, os pesquisadores vêm apresentando essas reconfigurações recorrendo, sobretudo, a estudos etnográficos e pesquisa de campo para compreender os sentidos de tais mudanças.

É preciso reter alguns traços específicos e ver seus impactos na conformação de novos regimes territoriais marcados pela ideia de circulação e mobilidade que reconfiguram territórios e alteram os significados de determinadas categorias e refazem seus sentidos.

Podemos dizer que há várias baixadas do ponto de vista de seus moradores e da heterogeneidade do território, mas a própria categoria é acionada num sentido unificador, para apontar traços que se quer distanciar ou para associá-la a uma dimensão comunitária perdida. Na Baixada, isso é constatável pelas diferentes representações sobre o lugar: de migração, cidade dormitório, passando pela violência, a lugar marcado pela ausência do Estado, até território produtivo e mercado consumidor, há uma variação significativa conforme o ciclo histórico.

O bairro investigado, apesar de não representar o conjunto da Baixada enquanto diversidade de diferentes regimes territoriais possíveis, é também influenciado pela circulação de imagens e significados que invadem esses territórios. Essa circulação de representações e imagens reconfiguram as categorias prévias que classificariam nossos interlocutores.

Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar os sentidos das políticas de pacificação/militarização a partir de seu impacto na Baixada Fluminense, tomando a denominada chacina como acontecimento. Argumento que este tipo de acontecimento permite compreender a reconfiguração das práticas do Estado em suas margens e a legibilidade das políticas de controle direcionadas às populações pobres e vulneráveis, não a partir das favelas cariocas e suas representações, mas em outros regimes territoriais, em que a Baixada Fluminense se constitui, de modo específico, como entrelaçamento entre mercado político e violência.

O texto está dividido em três partes: na primeira, reconstruo a chacina de longe, a partir do impacto midiático e da ação do governo estadual focado no discurso da ausência de Estado, da ocupação policial, bem como nas representações dos moradores do bairro sobre a migração do crime. Na segunda parte, analiso o bairro de perto, buscando mediar as representações sociais da forma específica como o Estado se configurou na Baixada, situado entre as imagens veiculadas pela imprensa e de seus próprios moradores. Por fim, apresento situações que me possibilitam perceber essas reconfigurações no bairro, sobretudo, à reorganização do mercado informal da droga.

O bairro de longe: ausência do Estado e ocupação militar de uma “favela da Baixada”

Numa manhã de 2012, um acontecimento re-colocaria a Baixada no mapa da violência urbana do país. Num canteiro de obras da Rodovia Dutra, um operário encontrou seis corpos de jovens mortos com marcas de torturas e mãos amarradas. Os adolescentes estavam desaparecidos desde o final de semana e a notícia já circulava na mídia televisiva e impressa. A descoberta dos corpos revelava as suspeitas de que algo grave acontecera. Os primeiros sinais de violência apontavam características semelhantes a outros crimes com certa espetacularização da violência. Corpos arrumados um ao lado do outro e amarrados como se a execução contivesse a assinatura dos criminosos para que os verdadeiros autores não pudessem ser rapidamente identificados.

Com a repercussão nacional, o governo do estado enviou 250 policiais, entre PMs e homens do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e conseguiu o apoio de blindados de fuzileiros navais para a ocupação do bairro. O governo, contudo, agiu com cautela e em nenhum momento anunciou a possibilidade de instalação de uma UPP no bairro.

A ocupação militar imediata daquele território não teria nada de surpreendente, ao menos depois que cenas de ocupação do Complexo do Alemão por forças do Exército brasileiro e blindados correram mundo afora e foram replicadas em todas as demais instalações de UPPs.⁶

As manchetes dos jornais também estampavam a ocupação do bairro como a “pacificação” de mais uma comunidade violenta e a necessidade de ocupação policial permanente diante do suposto controle do território por traficantes de facções criminosas. A mídia destacava que havia ocorrido uma chacina numa “favela da Baixada Fluminense”.⁷

Não tardou a se repetir o mesmo figurino das ações anteriores de outras favelas do Rio. Amplo efetivo policial, prisão rápida de traficantes da comunidade, taxados como principais suspeitos do crime, e exibição de imagens do efetivo do Bope entrando em mais uma favela.

Contudo, o desenlace da história não repetiu o trajeto das imagens de ocupação de favelas e instalação de UPPs com uma bandeira brasileira

estendida como símbolo da retomada do território pelo Estado. Primeiro, porque os traficantes não eram provenientes da localidade. Aos olhos dos moradores, eles eram estrangeiros que migravam das favelas do Rio. Segundo, porque a motivação do crime, expressa pelos moradores e também pelo próprio governo, era a política de implantação das UPPs na capital provocando a migração de bandidos para o bairro.

O governador Sérgio Cabral declarou que a fuga de “marginais das comunidades pacificadas” no Rio de Janeiro que migravam e buscavam manter a estrutura de poder garantida pelo território podia ser interpretada como causa da chacina: “eles conseguem escapar, se reorganizar e tentam manter a estrutura do poder paralelo. Isso tem sido bem claro para a gente. A gente não tem ilusão” (*Folha de S.Paulo*, 12/09/2012).

O Secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame repetiria, após a ocupação do bairro pelas forças policiais, o mesmo discurso da ausência e descaso do Estado naquela comunidade já utilizado em outras ocasiões: “esta região foi relegada por décadas. Onde o Estado não estava, o crime se fez presente. Mas hoje quero dizer para esta comunidade que a PM não vai mais sair daqui”. No entanto, Beltrame negou a tese da migração de criminosos das favelas com UPP para outras regiões: “a migração acontece no sentido das lideranças do tráfico. Não há migração em massa” (*O Globo*, 28/09/2012).

Algumas vozes insatisfeitas de organizações religiosas e da sociedade civil da Baixada também se expressaram. A Igreja Católica emitiu nota definindo a chacina como “uma tragédia anunciada”. E moradores da região reclamaram da escalada de insegurança nos bairros pobres, do qual o bairro seria mais um exemplo.

Do ponto de vista dos moradores, tanto a cobertura da mídia como a visão externa reforçavam preconceitos e estereótipos do bairro e causariam enorme insatisfação. Atos foram convocados e um movimento denominado “o bairro não é favela” foi criado e encampado por lideranças comunitárias, ONGs e moradores. O movimento pretendia mostrar que o bairro não era uma favela e a violência era uma consequência perversa da pacificação nas

favelas cariocas, sendo o acontecimento não mais um dos muitos que representavam e recolocavam a Baixada como lugar violento. Nesse caso, as causas da violência não provinham da Baixada para o Rio, mas em sentido inverso, eram consequência das políticas de pacificação que estariam levando à migração territorial de criminosos. O bairro, antes tranquilo, sem a presença do tipo de violência existente nas favelas cariocas, estaria agora tomado por traficantes sem território.

Era como se à queixa recorrente da ausência de investimentos públicos na Baixada se acrescentasse agora as consequências perversas do processo de pacificação carioca. O acontecimento da chacina revelava, portanto, uma situação diferente das anteriores por algumas das seguintes razões:

1. A interpretação prévia foi que o assassinato dos jovens por traficantes dentro de um campo de treinamento do Exército era resultado do processo da migração de bandidos do Rio após a implantação das UPPs.
2. A entrada dos blindados não acontecia numa favela carioca, mas num bairro da Baixada, distante do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, as Forças Armadas eram utilizadas numa área fora da capital.
3. A violência era vista como externa ao bairro, causada pela implantação de UPPs no Rio de Janeiro, capital. A despeito de não ocorrer numa favela propriamente dita, mas num bairro popular com traços de favelização, a ocupação foi nomeada pela grande imprensa como de uma “favela da Baixada”.

No âmbito da pesquisa, cheguei a esse acontecimento pelo discurso da mídia; mas, à medida que entrava no campo, pude constatar que vários dos entrevistados percebiam o aumento da violência como consequência da migração de criminosos do Rio de Janeiro para a Baixada, sobretudo depois da instalação das UPPs. Além disso, percebiam uma nova forma de controle estranha ao lugar, com a utilização de armamento pesado e controle territorial pelos criminosos. Algo associado pela maioria dos moradores com os traços característicos da violência nas favelas cariocas e distante da Baixada. Desse modo, era a partir do Rio que a violência se deslocava para a Baixada.

O Bairro de perto: “tem favela, mas não é uma favela”

Segundo dados da Prefeitura, há poucos equipamentos públicos no bairro diante do tamanho de sua população. Duas escolas municipais de ensino infantil, quatro escolas de ensino fundamental, um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e um Ciep respondem pelo atendimento de toda a população. Na saúde, existem apenas uma Unidade Básica (UBS), uma equipe do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e três equipes do Programa de Saúde da Família (PSF).

Os serviços públicos são precários. Há apenas duas escolas e dois postos de saúde para uma população de 42 mil moradores. O asfaltamento das ruas principais está completo, mas a falta de saneamento básico e de água são problemas crônicos. Apesar de estar ao lado dos rios que abastecem boa parte do Rio de Janeiro, o Sarapuí e o Guandu, a falta de água é crônica.

A paisagem do bairro num dia comum não é diferente de vários bairros da Baixada: casas de autoconstrução com tijolo aparente, pequeno comércio composto por biroskas, cabeleireiros, padarias, mercearias, quitandas, lojas de material de construção, pequenas portinhas com celulares e *chips*, açougues, *lan houses* e uma paisagem marcada pelo inacabamento e pelo fervilhar de pessoas nas ruas.

É preciso, no entanto, fugir de uma leitura miserabilista (Wacquant, 2001) que torna indistintos diferentes lugares nomeados como territórios pobres ou precários. Se o bairro contém traços das periferias carentes de serviços, forma do Estado na Baixada Fluminense, é no percurso pelo bairro que percebemos as distinções dos moradores e dos lugares por onde circulam. O local é considerado um bairro popular e não uma “comunidade”, associada à imagem das favelas do Rio de Janeiro. Desse modo, há uma história que identifica a construção do bairro à ideia de comunidade, mas que o diferencia de favela. Comunidade, no caso, é a associação gregária entre moradores para a execução de serviços que visam suprir essa ausência, o que confirma também um modo de perceber a presença do Estado na Baixada Fluminense. Na formação do bairro, tanto a associação de moradores como as

igrejas evangélicas tradicionais foram constitutivas das primeiras redes de relacionamento e sociabilidade de seus moradores, com um trânsito significativo entre as diferentes esferas. É comum ouvir nos relatos que os primeiros fundadores da associação foram também aqueles que criaram as primeiras comunidades religiosas.

O lugar é um bairro popular antigo, marcado por redes de sociabilidade intensas, o que pode ser percebido pela quantidade de igrejas de diferentes denominações, cujas funções ultrapassam as dimensões propriamente religiosas.

No momento atual, a dimensão religiosa é preponderante na constituição das redes de sociabilidade do bairro. Para além disso, são as instituições que disputam com outras redes a condição de ofertar determinados serviços que o Estado não oferece. No bairro, há sessenta igrejas, algumas desde os anos de 1960, o que daria uma média de uma para cada 7 mil moradores. Na percepção de alguns moradores que pertencem à Igreja e também ajudaram a constituir a associação, a importância dessas denominações se constituía pela simples razão de articularem redes comunitárias onde antes não existia nada.

Há um contraste entre os dois lados do bairro, dividido em duas cidades. Do lado de Nilópolis e onde moravam os adolescentes, a cidade é considerada mais equipada, com serviços melhores e uma classe média consumidora. Os adolescentes assassinados estudavam e moravam nessa parte do bairro, eram tidos como de classe média, bons estudantes, o que causou grande comoção na cidade. Nilópolis é a sede da escola de samba Beija Flor, que marca a paisagem e as redes de sociabilidade locais.

Do lado de Mesquita, o bairro é considerado mais pobre, com serviços e infraestrutura precários, o que o leva a ter “má fama” (Bourdieu, 1998). No entanto, não significa que seus moradores assumam essa visão externa. Delimitadas pelas montanhas do Parque do Gericinó e pelo rio Sarapuí, são nas encostas da montanha que se localizam as casas precárias e as favelas; a maior parte das casas se localiza no terreno plano. Algumas “zonas de sombra”, no entanto, ficam também na parte plana do bairro. Prédios invadidos e ocupados, becos, favelas e vielas convivem ao lado da maioria das casas e das igrejas.

“Não mais e não ainda”⁸

Dante, um dos entrevistados, tem 22 anos e mora no bairro desde que nasceu, de uma família que participou ativamente da constituição das redes de sociabilidade locais.

Diariamente sai para estudar e trabalhar; tem um forte espírito comunitário de pertencimento pelos vínculos religiosos que possui. Assim, Dante se torna um interlocutor privilegiado a nos conduzir pelos labirintos do bairro. É por ele que deixamos a visão de sobrevoo para tentar “nadar” no território.⁹

Estudante de história numa faculdade privada no Rio de Janeiro, membro ativo de uma igreja evangélica tradicional, Dante nos mostra uma diversidade que embaralha qualquer tentativa de enquadrá-lo numa identidade única. Ele está no ponto de confluência entre a trajetória dos antigos criadores do bairro e os mais novos que ele nascidos lá. Além disso, sob sua perspectiva, é possível ter uma visão problematizada dos que chegaram depois. Dante também nos faz perceber que a imagem externa do bairro como uma favela deve ser relativizada. “O bairro tem favela, mas não é uma favela” – assevera.

O bairro é e não é uma favela. Não é uma favela se tomarmos o acontecimento da chacina – um evento completamente perturbador na rotina comunitária. Um excesso não controlado pelos moradores, imagem, para eles, fortemente marcada pelos fantasmas do “princípio da insegurança do Estado” (Rancière, 2003). Porém, ao mesmo tempo, o bairro é também uma favela, no sentido de conter esse duplo, essa “zona de sombra”, conhecida e desconhecida de seus moradores. Todos os nossos informantes nos alertam para a continuidade da permanência do tráfico, mas dessa vez de maneira “sossegada”, sem a presença ostensiva do armamento pesado e sem as incursões permanentes da polícia.

É Dante quem nos propicia uma visão panorâmica do bairro, no último andar da igreja, de onde se avista a parte de Nilópolis, o campo de treino do Exército e toda a extensão do parque. Em meio ao contraste entre a natureza do parque e a paisagem típica de um bairro numa cidade da Baixada, ainda buscamos, através dessa visão, adentrar na trajetória de seus moradores.

Microcosmo do tráfico de drogas: mercados ilegais, mercados políticos

Embora os efeitos da política de pacificação da cidade do Rio de Janeiro notadamente tenha se expandido por diversos lugares, não se deve analisar o microcosmo do mercado das drogas num bairro popular da Baixada apenas reproduzindo as características de seu funcionamento na capital; há que se considerar as diferentes conjunturas locais.

O mercado informal da droga ganhou importância por que lhe foi imputada a responsabilidade central pelo aumento da violência urbana no Rio de Janeiro. Não estão claros os efeitos que a implantação das UPPs causaram sobre esse mercado, mas a ampliação UPPs está longe de tê-lo feito recuar.

A relação entre mercadorias ilegais e mercadorias políticas é mais importante para entender o problema da violência no Rio de Janeiro que a relação estereotipada entre drogas e criminalidade (Misse, 2011). E as trocas nesse mercado informal combinam dimensões econômicas e políticas, no sentido de maior controle ou flexibilidade do Estado na repressão da distribuição e na própria ação dos agentes encarregados em reprimir a circulação dessa mercadoria.

Misse (2011, p. 21) afirma que

[...] há um mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor de troca. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, por ganhar a autonomia de uma negociação política, passa a depender não apenas das leis de mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, ele denomina esses bens ou serviços de “mercadorias políticas”.

O conceito de mercadoria política nos ajuda a compreender o funcionamento desse mercado nessa situação dada. Mas, aqui cabem as seguintes questões: Quais os impactos nesse mercado com a

instalação das UPPs? Quais os impactos para regiões em que as UPPs não foram ou não serão implantadas?¹⁰

Apesar de não estar escrito na forma de códigos ou leis, os agentes que participam desse mercado conhecem as regras informais que regulam seu funcionamento. O não cumprimento ou sua incompreensão podem levar a decisões completamente equivocadas que, nesse caso, são decisões de vida ou morte.

Diferentes regimes territoriais também influenciam a dinâmica desses mercados, mesmo que possamos perseguir determinados padrões de funcionamento. Nesse caso, em lugar de estabelecer um funcionamento comum em todas as “áreas pobres”, é preciso se perguntar como essa dinâmica funciona em cada regime territorial particular. Assim, nos parece que a própria mercadoria política não objetiva as mesmas relações na Baixada e no Rio de Janeiro.

O mercado informal da droga das áreas pobres no Rio de Janeiro tem características essencialmente varejistas, e sua principal mercadoria é a cocaína, que tem o melhor custo-benefício em relação a outras mercadorias ilegais desde os anos de 1980. Vendidas em pequenas unidades chamadas de papete ou papel, são pequenos embrulhos ou pacotes tipo bala, em quantidade e preços variáveis. A mistura da cocaína com outros produtos é comum nos papéis mais baratos.¹¹

O preço depende da qualidade do produto, ou seja, sua pureza e as condições de oferta. A informação de que haverá repressão policial na área pode tanto precipitar que o estoque seja liquidado como levar a um aumento de preços pela escassez forçada. O aumento de preço pode resultar de uma perda do estoque por conta da repressão e apreensão da mercadoria ou pelo aumento de custos da mercadoria política, neste caso a extorsão por parte de agentes policiais ou outros “agentes”.

O movimento é variável conforme o lugar e a época do ano. Essa variação é explicável pelos preços, pela qualidade do produto, pela repressão policial e pelo custo das mercadorias políticas de proteção. Não há uma organização centralizada que distribua a mercadoria e controle o poder em todas as áreas. Essa distribuição é descentralizada, variável, e nem sempre depende de contatos e intermediários mais ou menos organizados. Misse (2011) afirma

que um fornecedor de cocaína, de maconha ou de armas pode simplesmente subir a favela, procurar o “movimento” e vender seu estoque. Em geral, o gerente da área é o encarregado de escolher a melhor oferta segundo uma análise das possibilidades no mercado. Entre os atacadistas, há policiais e ex-policiais, grandes traficantes de outras áreas e estados e tipos desconhecidos que procuram o “movimento” e vendem a mercadoria. Nos últimos tempos, esse mercado pode ter se reorganizado e caminhado no sentido de maior concentração tanto pela política de pacificação como pelo domínio das milícias em determinadas áreas.

Há uma espécie de acumulação primitiva de capital pela alta rotatividade do negócio. Cada dono fica pouco tempo na área e deve se transferir o mais rápido possível para atividades consideradas legais (frotas de motéis, comércio) ou atividades ilegais, mas reprimidas em menor grau e cujos custos da mercadoria política sejam menores, como o transporte clandestino.¹²

A saída do movimento é possível, desde que não haja dívidas. Mas é claro que isso varia conforme a conjuntura do negócio e da região. Conversões religiosas também são uma opção autêntica de mudança de vida (cf. Teixeira, 2009; Birman e Machado, 2012; Cunha, 2009, 2014) Há provisoriedade de inserção dos donos que devem destinar rapidamente seus investimentos para o mercado legal, ou mesmo ilegal, com os menores custos da mercadoria política. No caso dos vendedores diretos presentes nas áreas pobres, tudo que se arrecada é gasto. Parte considerável dos ganhos é utilizada para a compra de mercadorias políticas. A libertação de traficantes presos é um negócio relativamente lucrativo para agentes policiais que participam desse mercado. Sem a compra dessas mercadorias políticas, o risco do negócio desaparecer é grande, seja por uma escalada de repressão e apreensão do produto pelos agentes estatais que descapitalizam o negócio, seja pela maior vulnerabilidade e exposição diante de potenciais concorrentes.

Para analisar esse microcosmo do tráfico, resolvemos escolher duas situações que mostram essas possíveis nuances entre dois traficantes e sua relação com a mercadoria política.

O traficante inábil

Como em qualquer negócio, más decisões podem custar caro. Uma avaliação equivocada da situação do mercado, de potenciais concorrentes, das obrigações formais e também informais com o Estado, do fluxo de caixa, pode levar um negócio promissor ao fracasso rápido e ao surgimento de concorrentes onde antes imperava uma posição de domínio.

Apesar de a história da acumulação da violência nesse bairro da Baixada guardar aproximações com a da cidade do Rio de Janeiro, suas fases são distintas. Nos anos de 1980, predominavam os assaltos a caminhão de gás, furtos e venda de maconha e a ação de matadores coincidindo com a hegemonia dos grupos de extermínio bem vistos pela comunidade, mas que acabavam fazendo uma “limpeza social” e agravando ainda mais o problema. A mercadoria principal era a maconha.

Após a década de 1990, a entrada da cocaína e o aumento exponencial de lucros transformou o tráfico de drogas numa economia ilícita maior nos municípios da Baixada. Esse mercado levaria ao ocaso dos grupos de extermínio e à morte de vários matadores. Com a construção de um negócio baseado na economia da droga e suas ramificações, como a economia dos armamentos pesados e que se valorizavam de modo impressionante como mercadoria política, não valia mais a pena matar a “galinha dos ovos de ouro”.

Os criminosos passavam então de possíveis inimigos a parceiros do negócio onde o ilícito se constituía em ganhos potenciais que precisavam ser administrados para que não houvessem problemas.

O histórico de disputas territoriais vai se dar a partir do custo da mercadoria política. Essa realidade era mutável a partir das relações estabelecidas pelo governante da vez com o aparato repressivo do Estado. Os anos de 1990 coincidem com o crescimento do tráfico de drogas e a entrada de armamento pesado na região. Começa a aparecer um tipo de armamento desconhecido: metralhadoras, pistolas e até balas traçantes que produzem faíscas no ar. Isso causa uma primeira mudança, a partir do aumento da circulação de dinheiro no bairro. A sabedoria popular de um observador arguto dessa cena coloca a afirmação cortante: “onde a riqueza cresce, a pobreza explode”.¹³

As fases desse histórico se aproximam e se distanciam da imagem de territórios controlados como no caso das favelas cariocas, e o impacto da mudança da mercadoria ilícita. A cocaína mudou a escala dos ganhos e fez circular um recurso antes não visto naquela área.

Essa história é bem conhecida e não é o caso de repeti-la. Mas o interessante é perceber as conexões e diferenças entre uma história que já conhecemos e seu impacto ou a forma como isso se desenrola num bairro popular da Baixada. Se a chegada do tráfico se dá de modo semelhante com o aparecimento de uma nova economia do ilícito e que cresce à medida que o custo do negócio propicia lucros cada vez maiores, a presença do Estado na região, a forma como o aparato repressivo se relaciona com ele e como os moradores se situam, diferencia o modo como a questão se articula.

Nos anos 2000, o crack apareceu no bairro. Porém, a circulação dessa mercadoria foi proibida pelos traficantes, pois desorganizava o negócio principal.

Podemos inferir essas mudanças a partir de um pequeno relato de um morador acerca das dificuldades de relacionamento com os traficantes. O morador teve instalada à sua revelia uma boca no quintal da casa e que funcionava das 20h30 às 5h: “Era ‘gente nova, gente velha, mulher com barriga, adolescente, gente chegando de carro, a pé, de bicicleta, num fluxo intenso de compradores que tornava a rua bastante movimentada e a casa um vai-e-vem de desconhecidos”. Durante meses, foi um entra-e-sai intenso; o terreno tornara-se a passagem do intenso comércio local, o ponto mais movimentado do bairro.

A necessidade de proteção do ponto fez com que a ostensividade do armamento passasse a preocupar os moradores, pois havia uma exposição de armas colocadas à vista de todos. Os traficantes, no entanto, procuravam tranquilizá-los em relação aos familiares, dizendo que não entrariam e não deixariam ninguém entrar na casa e que aquilo que eles faziam era apenas um trabalho: “fica tranquilo, isso é um trabalho”.

Os negócios cresciam até que, em dado momento, a “galinha dos ovos de ouro foi morta” por um cálculo inábil que desencadeou uma reação dos agentes estatais e que alterou a escala do problema.

O traficante principal resolveu deixar de destinar parte dos ganhos para o pagamento da mercadoria política, o que alterou substancialmente o campo de forças do negócio. Com esta decisão inábil, a repressão e apreensão do produto aumentou, obrigando o traficante a cada vez mais ampliar a ocupação territorial para proteção dos pontos. A situação foi se tornando insustentável, o que o levou a uma tentativa de diminuir os conflitos buscando fazer um movimento para dentro do bairro.

Quanto mais endurecia, mais os conflitos aumentavam. “Não temos medo e não daremos o dinheiro”. Apesar de ser “cria” do bairro, a pouca habilidade e destreza foram fatais e destruíram o negócio. O traficante era um “psicopata” e “não sabia administrar situações conflituosas”. Ao querer resolver tudo do seu jeito, foi acirrando os ânimos e tornando ostensiva a presença do aparato repressivo e causando maiores problemas para os moradores.

A extensão dos problemas faz com que, pela primeira vez, uma das entidades sociais do bairro entrasse em conflito com os traficantes. Num dia, homens se plantaram na frente do local para exigir a chave. Alvorço entre os diretores; um deles é chamado às pressas, mesmo sendo ex-diretor, e se oferece para conversar com o gerente do tráfico. Sobe na garupa do motoqueiro e vai até a rua principal onde há o movimento. Fica impressionado com a cena: cerca de cinquenta homens distribuídos em duas fileiras na rua guardando o ponto e à espera de alguém. Logo chega o gerente na garupa de uma moto e armado com duas metralhadoras e três pistolas, para e diz que gostaria de “desenrolar um problema com ele”. O gerente já sabia do que se tratava, mas disse que naquele momento não podia atendê-lo e propunha a conversa para mais tarde, às 21h. E que enviaria alguém de moto para pegá-lo.

À noite foi informado das razões dos traficantes em quererem tomar a entidade: para eles, com o enfrentamento maior com a polícia, o que se dava era que as forças policiais faziam incursões durante o dia, em horário de escola, nos momentos que os traficantes não estavam. E, em situações de conflito, ocorriam mortes de moradores comuns. O receio do gerente era que essas mortes estavam todas sendo debitadas na conta dos traficantes. Ele dizia

que não tinha medo da polícia e nenhum problema de enfrentar os policiais durante a noite, isso fazia parte do “trabalho”, mas que o efetivo policial nunca entrava no período noturno, quando ninguém estava na rua e a guerra seria menos desigual.

O gerente queria, desse modo, dar algum tipo de assistência à comunidade e colaborar com a entidade. Por isso, acabara tentando tomá-la. Contudo, a conversa o fez pensar em outras formas de viabilizar essa “ajuda”.

A pergunta do gerente foi: “o que dá para fazer pela comunidade?”. E sugeriu distribuir 2 mil cestas básicas, realizar uma festa junina, promover um baile funk. De modo habilidoso, esse morador conseguiu recusar a ajuda, sem entrar em conflito com o traficante. Sua alegação era de que qualquer ajuda precisaria ser demonstrada contabilmente em notas fiscais para não ter problemas na prestação de contas. E esse recurso não poderia ser contabilizado.

Essa situação ocorreu um ano antes da tragédia e, no período seguinte, a situação só se agravou. A violência e o controle territorial foram se ampliando até a situação ficar insustentável. Segundo relatos, no dia em que os meninos subiam a cachoeira para se divertir no parque, os traficantes estavam acantonados lá. Subitamente, o celular de um dos garotos toca com a música que foi identificada como de uma facção rival. A história dos acontecimentos seguintes da tragédia já é conhecida.

O traficante evangélico¹⁴ que mudou de ramo

Os trânsitos no mercado ilícito podem ser mais insuspeitos do que se imagina. E a regulação desse mercado passa pelos valores adquiridos pela mercadoria política. O traficante inábil, que resolve decretar a suspensão do pagamento do arrego e vai motivar uma escalada de violência com um fim trágico, parece se contrapor ao traficante com maior desenvoltura no negócio e que percebe a necessidade de mudar de ramo na hora certa. Com o perigo à espreita, é melhor “pegar uma indenização” e com o capital acumulado comprar três vans e entrar no negócio do transporte clandestino. Afinal de contas, no caso da Baixada este é um ramo promissor e em expansão, dado os graves problemas estruturais de mobilidade urbana que historicamente afetam a região.

O funcionamento desse mercado de certo modo empreendedor, pois aberto como “oportunidade” para todos aqueles que escolhem se arriscar nessa modalidade de capitalismo aventureiro, não exige o empreendedor de conhecer as regras do ramo, que passam pela formação familiar ou pelo *ethos* que organiza sua própria conduta.

Aqui vale mais o *ethos* empreendedor que o *ethos* guerreiro. Saber identificar oportunidades e tomar decisões na hora certa parece um conhecimento tácito que não se aprende nos bancos escolares, mas que passa por um processo de socialização anterior que é uma competência tácita e não devidamente aprendida.

André é um jovem de 28 anos, empreendedor local, casado, dois filhos e com uma família muito devota, que ajudou a criar uma das primeiras igrejas do bairro. O problema é que André ascendeu rapidamente e se tornou o gerente do tráfico de drogas local, o que sempre lhe trouxe alguns dramas de consciência. Querendo sair dessa vida e sem saber de que modo, resolveu pegar por conta própria o dinheiro de uma “indenização”, ou seja, o capital de giro da boca, comprar três vans e entrar no negócio de transporte clandestino na Baixada. Está jurado de morte, mas até agora seu outro negócio vai bem.

Sua família criou uma das pequenas denominações religiosas que funcionam nas ruas principais e transversais do bairro. Ao conhecer sua avó e sua família, a conversa se desenrola com várias referências a passagens bíblicas, mostrando que não são fiéis que circulam de religião em religião num pragmatismo que estrutura esse mercado da fé. No caso da família de André, as referências bíblicas demonstram um conhecimento mais arraigado da doutrina.

Antes da tragédia, apesar dos conflitos morais advindos do negócio e da vida religiosa da família, a convivência da religião e do negócio de André ocorria na mesma rua. O negócio funcionava bem, pois a educação lhe forneceu uma visão para o empreendedorismo.

No entanto, quando a tragédia ocorreu e a escala do negócio se alterou com um toque de recolher de todo o ilícito, ao menos momentaneamente até a poeira baixar, André decidiu mudar de ramo ao dimensionar todos os riscos que o negócio acarretava.

Essa alteração teve um impacto significativo em sua vida. André foi obrigado a sair do bairro para evitar problemas com outros adversários do negócio que não concordaram com os valores que foram definidos de modo unilateral.

Na trajetória de André, o que se vê é o trânsito de um mercado ilegal, cuja repressão aumentou desmesuradamente, pelo menos de modo momentâneo, para outro em que os custos da mercadoria política e os riscos são menores.

Algumas considerações¹⁴

Abordando o processo da política de pacificação do ponto de vista de sua ausência, e por uma perspectiva analítica da produção das margens, este artigo nos possibilita pensar em dinâmicas e agenciamentos que são produzidos em outros regimes territoriais que não aqueles que originalmente foram objeto dessa política, ou seja, as favelas cariocas.

No caso tratado, uma localidade na Baixada Fluminense, a ausência do Estado como justificativa da pacificação pela ocupação militar das comunidades pobres para levar segurança não é assim percebida pelos moradores.

De um lado, devemos afastar a noção da Baixada como uma periferia com carências, mas em que a universalização dos serviços públicos foram de algum modo resolvidos, como em outros casos em que a chegada desses serviços se expandiu e levou a um deslocamento de determinadas problemáticas da periferia para lugares ainda mais distantes, como no caso da periferia paulistana, em que o conceito parece ser mais adequado. Ainda há uma ausência significativa de atendimento de água, esgoto, luz e asfalto, o que faz com que a Baixada conviva com ilhas de riqueza e bolsões de pobreza. Isso estruturou na percepção de seus moradores a necessidade de resolver esses problemas de modo a prescindir de uma presença mais efetiva do Estado, mesmo que em suas demandas esta seja a reivindicação mais recorrente.

Esse mesmo Estado, no entanto, está lá presente no modo como estruturou uma espécie de “mercado político” na região e passa a ser pressionável

através desses eventos espetaculares que ocorrem de tempos em tempos, sobretudo em determinadas dimensões da criminalidade.

As práticas do Estado na Baixada levaram à percepção de sua ausência, o que de fato se manifesta na falta de infraestrutura urbana e de serviços públicos precários, se comparados à cidade do Rio de Janeiro. As margens produziram como resposta dos moradores da Baixada práticas coletivas comuns, na maioria das vezes não organizadas nas formas políticas mais reconhecidas, mas que buscavam enfrentar a solução dos problemas de modo imediato, recorrendo apenas ao universo comunitário presente.

A percepção de um processo de “migração do crime”, “o deslocamento de bandidos do Rio para a Baixada como consequência perversa das UPPs”, restabelecem os sentidos e as fronteiras, lugares e limites da política de segurança. De algum modo, seu pressuposto principal é a ideia de uma ausência do Estado nos territórios precários, sobretudo no aspecto da segurança, onde o crime dominou o território de comunidades carentes e daí a necessidade de retomar esses territórios como forma de viabilizar qualquer tipo de política pública.

Contudo, a ocupação pelas forças de segurança de um bairro pobre na Baixada, a recusa à implantação de uma UPP, vista como a presença permanente da polícia, e a instalação de uma CISP com policiais da Baixada, demonstram que a ampliação da militarização do território tem seus limites tanto materiais quanto políticos e simbólicos. Ao ter de responder à exigência da presença de policiamento mediante a instalação das UPPs nesses territórios precários, o governo se vê sem possibilidade de responder do mesmo modo que faz nas favelas cariocas.

A circulação dos moradores, a mobilidade do crime, seus discursos e rumores, as interfaces com um mercado político constituído de modo distinto e que regula diferentes agenciamentos estatais e privados nos permite não apenas observar as dinâmicas específicas de outros territórios, como esse bairro da Baixada Fluminense, mas nos fornece uma compreensão mais ampliada da própria produção da política de pacificação e seus impactos em outras localidades de moradia de populações pobres e vulneráveis.

Notas

- 1 Segundo o *site* da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, as Cispes fazem parte das Circunscrições Integradas de Segurança Pública (Cisp) e são a menor instância de apuração dos indicadores de criminalidade. Constituem a esfera de integração territorial, em nível operacional, das companhias integradas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) com as delegacias de polícia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). A principal diferença das Cispes em relação às UPPs é o fato de aquelas não contarem com policiais do efetivo contratado especificamente para esse tipo de policiamento de proximidade.
- 2 Além da reivindicação por segurança pública pelos moradores através das reuniões convocadas pelo Fórum da Baixada articulado pela Diocese de Nova Iguaçu, que envolve entidades da sociedade civil e religiosas, as prefeituras da região têm organizado audiências com o secretário de segurança pública do Estado, preocupadas com a atração de investimentos de possíveis indústrias que pretendem se instalar nas proximidades do Arco Metropolitano, via que ligará o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) ao Porto de Itaguaí e que corta boa parte da Baixada.
- 3 Adoto aqui a perspectiva de uma antropologia das margens, que busca analisar o Estado a partir de suas práticas, se distanciando de uma imagem consolidada do Estado como “forma administrativa racional de organização política que se debilita ou não está completamente articulado em suas margens territoriais”. (Das e Poole, 2004, p. 3) Desse modo, essa perspectiva abre uma interessante possibilidade de análise do Estado, não porque registre ou capte formas “exóticas” presentes nas margens, mas porque insinua que as margens são implicações necessárias do Estado e, portanto, não podem ser lidas no registro de conceitos que apresentam as margens como anômicas, caóticas ou desordenadas, e sim como móveis e dinâmicas. O que é aplicável às margens pode generalizar-se e normalizar-se para todas as populações, do mesmo modo que a regra é parte constitutiva da exceção. Essa perspectiva é apresentada de maneira seminal e profícua em Das e Poole (2004).
- 4 A noção de regimes territoriais já vem sendo explorada há um tempo pelos pesquisadores do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis/Iesp-Uerj). Aqui tomo emprestado a noção que me parece bastante profícua conceitualmente para a análise de contextos e territórios diversos e mesmo no interior das próprias favelas cariocas. Sobre isso, ver Leite (2015a, 2015b).

- 5 Cito algumas referências, tomando por universo empírico Rio de Janeiro e São Paulo, entre muitas em circulação nessa área de estudos. Os artigos organizados por Cabanes *et al.* (2011), no livro *Saídas de emergência*, são um importante panorama das diversas alterações nos campos do trabalho, da violência, do associativismo, dos espaços públicos e privados e da religiosidade, entre outros, pelo qual passou a periferia de São Paulo nos últimos anos. No Rio de Janeiro, boa parte dos estudos urbanos em territórios precários se concentra na dinâmica das favelas (Valladares, 2005; Zaluar e Alvito, 2006; Silva, 2004), o que só tem se reforçado com a implantação das UPPs (Cunha e Mello, 2011; Fleury, 2012). Apesar da noção de periferia ser menos empregada, também há uma produção sobre essa temática em diversos campos: da cultura (cf. Tommasi, 2011), da religião (Birman e Machado, 2012), das ocupações urbanas no centro carioca (Fernandes, 2013).
- 6 No dia 25 de novembro de 2010, 500 homens do Bope, do CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) e os fuzileiros navais da Marinha em verdadeira operação de guerra retomaram do Comando Vermelho o controle da Vila Cruzeiro. Os traficantes então fugiram pelo acesso de uma estrada no meio da mata para o Complexo do Alemão e pressionados a se renderem ou fugirem dois dias depois por outra operação nesse local. As imagens da primeira fuga ficaram eternizadas pela câmera do helicóptero da Rede Globo e foram um símbolo da retomada do controle territorial pelo Estado de territórios pobres dominados por facções criminosas (Lopes, 2014, p. 8). Na minha compreensão, essa operação marcou uma nova fase no processo de pacificação e montou um novo consenso em relação à entrada das forças armadas nas favelas cariocas, identificadas como ausentes de Estado e dominadas por facções criminosas. Esse consenso foi selado entre diferentes forças, tais como os governos federal, estadual e municipal, a mídia, as forças policiais e o próprio Exército para fazer um cinturão de segurança para além do circuito de favelas da Zona Sul. Meu objetivo aqui não é reconstituir e analisar esse episódio da ocupação do Complexo do Alemão, mas indicar sua importância para a constituição do discurso da “ausência de Estado”. Para isso, começam a surgir trabalhos que se debruçaram especificamente sobre esse acontecimento. Para uma perspectiva etnográfica que assinala o cruzamento entre religião e poder militar, ver Lopes (2014); para uma análise da mídia a partir de uma perspectiva crítica do acontecimento do Alemão, ver Oliveira (2013).
- 7 As manchetes dos principais jornais que anunciavam a chacina numa “favela da Baixada” eram as seguintes:
- “Após morte de adolescentes, polícia ocupa favela do Rio” (*Folha de S. Paulo*, 12/09/2012), “Após chacina, PM ocupa favela” (*O Estado de S. Paulo*, 12/09/2012), “Após chacina, PM ocupa e instala base permanente em favela da Baixada” (*O Globo*, 12/09/2012). Nas emissoras de televisão, as chamadas eram “Bope faz ocupação na favela da Baixada nesta terça-feira” (*Globo*, 11/09/2012) e “Após chacina na baixada, Bope e Choque ocupam favela” (*Record*, 11/09/2012).
- 8 O “não mais e não ainda” é a célebre expressão arendiana quando trata da memória. “É só chamando o futuro e o passado no presente da recordação e da expectativa que o tempo existe [...] A memória é a presença do não mais como a expectativa é a presença do não ainda” (Arendt, 1997). O espaço do “não mais e não ainda” é aquele que desatualiza o mundo que conhecíamos e que nos permitia pensar o futuro como alternativa aberta do ponto de vista emancipatório pelas ações e categorias antes conhecidas. Nessa situação, se abre a necessidade de retomar o pensamento de outra maneira com imaginação e atenção à memória. De algum modo, a figura de Dante nos permite entrar no campo para, a partir de suas lembranças num mundo do “não mais e não ainda”, reconstituir os fios dessas vidas em suspenso e inscrever essas histórias minúsculas como possibilidades de contar outras histórias possíveis.
- 9 Elias (1994) diz que o sociólogo precisa ter a visão do aviador e a perspectiva do nadador, buscando combinar elementos de etnografia, baseando-se em pesquisa de campo, análise de documentos, dados quantitativos e observação participante. Cada uma dessas perspectivas, se isolada uma da outra, apresenta riscos específicos. Ambas, a visão aérea e a do nadador mostram o quadro com simplificação ou uma ênfase unilateral. Somente em conjunto nos proporcionam um panorama mais equilibrado.
- 10 Não pretendemos dizer que esse mercado funciona do mesmo modo em diferentes lugares. Nossa tentativa é buscar explicar as proximidades e diferenças do funcionamento desse mercado na Baixada Fluminense como caso singular, mesmo que influenciado pelo funcionamento do mercado informal no Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, parece haver outra forma de regulação como citado em alguns estudos. Temos colhido depoimentos de moradores em áreas da periferia sul, na fronteira entre São Paulo e uma cidade do ABC, que nos citam a venda de uma “biqueira” no valor de 200 mil reais. Não fomos investigar essa situação em profundidade, mas é possível dizer que esse caso mostra certa estabilidade do funcionamento

- desse mercado que talvez explique a diminuição das taxas de homicídio na capital paulista e na Grande SP.
- 11 Essa descrição do mercado informal da droga no Rio de Janeiro parte das anotações do texto de Misse (2011). Aqui apresento uma breve descrição do funcionamento deste mercado no Rio de Janeiro, sem atentar para as especificidades de outros regimes territoriais que serão tratados no item sobre o “traficante inábil” e o “traficante evangélico”.
 - 12 Este foi o caso de André, um dos entrevistados para nossa pesquisa, e que será discutido adiante. A análise geral é de Misse, mas não podemos desdobrá-la para o atual funcionamento desse mercado que pode ter sofrido um processo de maior estabilização após a implantação das UPPs em determinadas favelas cariocas.
 - 13 Frase de um dos entrevistados da pesquisa.
 - 14 Cunha (2014) também busca analisar as diferentes fases do microsistema do tráfico de drogas em Acari através das imagens e da iconografia religiosa que se altera entre dos anos de 1980 e 1990 das religiões de matriz afro-brasileiras para as religiões pentecostais. Para tanto, ela toma o caso de Jeremias, traficante que se converte a uma igreja evangélica local. Essa passagem nos demonstra que esse trânsito religioso e suas conexões com outras dimensões urbanas, como a criminalidade, já se estabeleciam desde os anos 2000 em algumas favelas cariocas.
 - 15 Todos os nomes dos entrevistados neste artigo foram trocados para preservação do anonimato.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J. C. (2003), *Dos barões ao extermínio*. Duque de Caxias, RJ, APPH/Clio.
- ARENDT, H. (1997), *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Lisboa, Instituto Piaget.
- BARRETO, A. S. (2006), *Cartografia política: as fases e faces da política na Baixada Fluminense*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, UFRJ.
- BIRMAN, P. & MACHADO, C. (2012), “A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (80): 55-69.
- BOURDIEU, P. (1998), “Os efeitos de lugar”, in _____, *A miséria do mundo*, Petrópolis, Vozes.
- BURGOS, M. B. *et al.* (2011), “O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas”. *Desigualdade e Diversidade – Revista de Ciências Sociais PUC/RJ*, 11: 49-97.
- CABANES, R. *et al.* (orgs.) (2011), *Saídas de emergência*. São Paulo, Boitempo.
- CANO, I.; BORGES, D. & RIBEIRO, E. (2012), *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, LAV/ Banco de Desenvolvimento da América Latina/Heinrich Böll Stiftung.
- CUNHA, C. V. (2009), *Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo socioantropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Uerj.
- _____. (2014), “Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas”. *Religião e Sociedade*, 34 (1): 61-93.
- CUNHA, N. V. & MELLO, M. A. (2011), “Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4 (3): 371-401.
- DAS, V. & POOLE, D. (2004), *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé, Oxford, School of American Research Press/James Currey.
- ELIAS, N. (1994), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FERNANDES, A. S. (2013), *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Uerj.
- FLEURY, S. (2012), “Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta”. *Sociologias*, 14 (30): 194-222.
- LEITE, M. P. (2014), “Entre a ‘guerra’ e a ‘paiz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7 (4): 625-642.
- _____. (2015a), “Gestão das ‘margens’ no Rio de Janeiro: sobre dispositivos e agenciamentos em curso em algumas favelas cariocas”. Trabalho

- apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Anpocs.
- _____. (2015b), “Novos regimes territoriais em favelas cariocas”. Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, Anpuh.
- LOPES, V. E. (2014), *O foco de todo o mal: Estado, mídia e religião no Complexo do Alemão*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, UFRJ.
- MARCUS, G. (1995), “Etnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography”. *Annual Review of Anthropology*, 24: 95-117.
- MISSE, M. (2011), *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. 2. ed., Rio de Janeiro, Lummen Juris.
- OLIVEIRA, P. R. (2013), “Golpes de vista”, in F. Brito e P. R. Oliveira (orgs.), *Até o último homem*, São Paulo, Boitempo
- RANCIÈRE, J. (2003), “O princípio da insegurança”. *Folha de S.Paulo*, 21 set., Caderno Mais, p. 3.
- SILVA, L. A. M. (2004), “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil contemporâneo”. *Sociedade & Estado*, 19 (1): 53-84.
- TEIXEIRA, C. (2009), *A construção social do “ex-bandido”: um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Dissertação de mestrado em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ.
- TOMMASI, L. (2011), “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia, Recife, Alas.
- VALLADARES, L. P. (2005), *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, FGV.
- WACQUANT, L. (2001), *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro, Revan.
- ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs.) (2006), *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro, FGV.

**ESPERANDO A UPP:
CIRCULAÇÃO, VIOLÊNCIA
E MERCADO POLÍTICO NA
BAIXADA FLUMINENSE**

Edson Miagusko

Palavras-chave: Pacificação; UPP; Baixada Fluminense; Periferias; Violência.

O objetivo deste artigo é discutir os sentidos das políticas de pacificação a partir dos impactos na Baixada Fluminense no plano das sociabilidades e representações na trajetória de moradores que pertencem a uma igreja evangélica tradicional e uma associação de moradores. Argumento, a partir da pesquisa de campo, que podemos compreender a reconfiguração das práticas do Estado em suas margens e a legibilidade das políticas de controle direcionadas às populações pobres e vulneráveis, não apenas a partir das favelas cariocas e suas representações. Tomar a Baixada Fluminense em sua constituição específica, de entrelaçamento entre mercado político e violência de um lado, e em seu aspecto relacional com o Rio de Janeiro, de outro, nos leva a compreender melhor esses diferentes regimes territoriais ocasionados pelas políticas de pacificação.

**EXPECTING UPP: CIRCULATION,
VIOLENCE AND POILITICAL
MARKET IN BAIXADA
FLUMINENSE**

Edson Miagusko

Keywords: Pacification; UPP; Baixada Fluminense; Suburbs; Violence.

The purpose of this article is to discuss the way of pacification policies from the impacts in Baixada Fluminense in terms of sociability and representations in the trajectory of residents belonging to an evangelical church and a neighborhood association. Argument from the field research, we can understand the reconfiguration of state practices in their margins and legibility of control policies directed to the poor and vulnerable, not only from the slums and their representations. Take the Baixada Fluminense from its specific constitution, the intertwining of political market and violence on one side and its relational aspect with Rio de Janeiro, on the other, may lead us to better understand these different territorial regimes caused by the pacification policies.

**EN ATTENDANT L'UPP :
CIRCULATION, VIOLENCE ET
MARCHÉ POLITIQUE DANS LA
BAIXADA FLUMINENSE**

Edson Miagusko

Mots-clés: Pacification; UPP; Baixada Fluminense; Banlieues; Violence.

Cet article a pour but de discuter les directions adoptées par les politiques de pacification à partir de leurs impacts sur la Baixada Fluminense (NTR: région située au Nord de la ville de Rio de Janeiro) en termes de sociabilité et de représentations dans la trajectoire des résidents appartenant à une église évangélique traditionnelle et à une association d'habitants. L'auteur soutient, à partir de ses études sur le terrain, que l'on peut, non seulement à partir des bidonvilles de Rio et de leurs représentations, comprendre la reconfiguration de certains aspects des pratiques étatiques et la lisibilité des politiques de contrôle destinées aux populations pauvres et vulnérables. Considérer la Baixada Fluminense suivant sa propre constitution, c'est-à-dire, d'une part l'enchevêtrement entre le marché politique et la violence et, d'autre part, son aspect relationnel avec Rio de Janeiro, nous amène à mieux comprendre ces différents régimes territoriaux causés par les politiques de pacification.